

AS MARCAS DE AUTORIA EM MIA COUTO

Alexandre António Timbane*

RESUMO

A pesquisa levanta questões da autoria textual em obras de Couto (20107; 2012). A pesquisa objetiva: identificar marcas de identidade cultural; marcar traços de autoria textual; explicar como a identidade marca a autoria; demonstrar como as marcas linguísticas representam autoria textual. Conclui-se que Couto apresenta marcas linguísticas e culturais da moçambicanidade; apresenta estilo próprio que se revela a identidade; traz estereótipos mais comuns em autores africanos: os animais, o fogo, a feitiçaria, os ritos, etc.; cria um novo modelo de narrativa (narrativa africana) que se baseia na realidade africana principalmente na oratura e sobretudo da literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Autoria; Cultura; Literatura; Mia Couto.

ABSTRACT

The research raises questions of textual authoring in Couto's books (20107, 2012). The research aims to: identify cultural identity marks; mark textual authoring features; explain how the brand identity authorship; demonstrate how language brands represent textual authorship. It concludes that Couto presents linguistic and cultural marks of Mozambican; It presents own style that reveals the identity; brings most common stereotypes African authors: animals, fire, witchcraft, rituals, etc.; creates a new narrative model (african narrative) that is based on African realities mainly in orature and especially literature.

KEYWORDS: Authorship; Culture; Literature; Mia Couto.

Introdução

Moçambique é um país multilíngue com uma diversidade cultural e étnica. O povo moçambicano pela sua natureza é de tradição oral. As línguas locais servem de instrumento de comunicação para a transmissão dos saberes da vida através da

* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Estadual Paulista. Professor e pesquisador visitante estrangeiro na Universidade Federal de Goiás (UFG)

oralidade. A literatura iniciou propriamente nos anos 50 com os primeiros trabalhos de moçambicanos cujo objetivo era de despertar a consciência moçambicana sobre o colonialismo português. Hoje, Moçambique observa um crescimento acentuado do número de escritores porque o número de população alfabetizada em português aumentou nos últimos anos.

A escolha da obra de Couto se justifica pela importância que o autor tem na literatura moçambicana, na lusofonia e no mundo, pois nos seus textos são marcados por traços lexicais de Moçambique (léxico das diferentes regiões de Moçambique) produzindo um novo modelo de narrativa bem característico dos africanos. As suas personagens falam o português de Moçambique e isso traz uma identidade sociocultural e linguístico da sua obra. Couto ganhou muitos prêmios moçambicanos e internacionais, dos quais se pode citar: Prêmio Camões, Prêmio União Latina de Literaturas Românicas, Prêmio *Internacional Prize for Literature* entre outros.

Nesta perspectiva se levanta a seguinte questão de partida: Quais são as marcas de autoria nas obras de Mia Couto? Levanta-se a hipótese de que as duas obras escolhidas para análise apresentam várias marcas autorais dos quais se pode citar a frequência de construções léxico-semânticas novas. Para além disso, Couto se apoia da cultura, o seu berço para colocar como base das suas histórias. A pesquisa tem como objetivo geral compreender e discutir questões de autoria. Especificamente a pesquisa identificará as marcas de identidade cultural; Marcará os traços de autoria textual; Explicará como a identidade cultural marca a autoria da obra; Demonstrará como as marcas linguísticas são importantes na autoria textual.

O artigo inicia com a discussão sobre a subjetividade e a objetividade da autoria na sociedade mostrando que a autoria está sempre presente no dia a dia. Seguidamente discutiu-se as questões linguísticas na autoria. Nesta parte se mostrou que ninguém escreve ou fala igual ao outro, o que significa que o idioleto é uma marca

característico individual. Depois focou-se a questão das autorias orais e autorias escritas que estão intimamente ligadas à oratura e a literatura. Discutiui-se as questões da cultura e da etnia na autoria textual tendo como base a realidade moçambicana. Nas análises de dados tentou-se mostrar como Couto (2007; 2012) descortina a identidade autoral trazendo ao de cima a narrativa africana que é uma característica própria dos escritores africanos. O trabalho termina com apresentação de considerações finais e referências bibliográficas.

A subjetividade e a objetividade da autoria na sociedade

O ser humano, pela sua natureza tende a atribuir nomes ou à tomar autoria de situações, de fenômenos e de coisas que estão a sua volta. A polícia científica e os médicos e lingüistas forenses passam todo tempo procurando a “autoria” de ações. Existe um “dito popular” cultural em Moçambique que defende que “não há fumo sem fogo” o que significa que não existe nenhum fenômeno que possa acontecer sem que haja alguma autoria. Na etnia tsonga, localizada geograficamente no sul de Moçambique, todos os fenômenos têm alguma autoria, isto é, para filosofia africana nada acontece por acaso. Tudo tem alguma autoria. A busca pela “autoria” pode ser objetiva ou subjetiva.

A autoria pode ser atribuída aos seres humanos ou a seres sobrenaturais, tais como antepassados e deuses. A morte na cultura da etnia tsonga, por exemplo, não pode ser natural. Ela é explicada através da consulta aos curandeiros (pais santo), anciãos e outros profetas tradicionais para que seja revelada a sua autoria. Mas também ninguém morre, mas sim passa para outro domínio e cria influências sobre os que estão vivos. Esta é a filosofia de vida africana. O leão ou a leoa são tidos como animais selvagens ferozes de forma geral. Mas as tradições africanas podem atribuir a

ferocidade do animal à um antepassado que deseja algo. A autoria é assunto sério nas tradições africanas de tal forma a que isso se reflete não apenas nos textos de Couto, mas também em muitos escritores moçambicanos e por que não africanos.

O estabelecimento das fronteiras dos países está intimamente ligado ao conceito de posse, enfim de autoria. A divisão do continente africano pelas potências europeias na Conferência de Berlim é um exemplo claro de autoria, no seu sentido mais lato e político. Essa intenção provocou a separação dos povos, das etnias e dos povos irmão. É fácil perceber que falantes da língua xichangana (etnia tsonga) estão presentes em Moçambique, mas também na África do Sul. Esse fenômeno é resultante dessa necessidade de “ser dono” de alguma coisa, isto é, de autoria. Em obras literárias, todo o autor procura colocar sua marca, sua autoria e seu estilo que passa a caracterizar o texto. Pode-se tapar o nome do autor do texto, pode-se retirar a capa e contra capa do livro, mas um leitor atento identificará e revelará o autor do texto ou obra através de marcas linguísticas, discursivas e estilísticas próprias, pois cada um tem o que os sociolinguistas chamam de idioleto que é “o sistema linguístico de um único indivíduo num determinado período da sua vida, que reflete suas características pessoais, os estímulos a que foi submetido, sua biografia, etc” (HOUAISS, 2009, p.1043).

Escrever é passar para o papel um conjunto de ideias emprenhadas na mente. É representar palavras ou ideias com letras ou signos em papel ou em qualquer superfície. Como não podemos acessar à mente as pessoas precisam exteriorizar suas ideias e isso pode acontecer por meio de papel e caneta. Mas é uma alternativa e não a única possibilidade, pois existem outras formas de exprimir pensamentos, tal como a fala. O peso cultural muitas vezes impede essa transformação do oral para o escrito (TIMBANE, 2014). Não escrevemos só por escrever. Sempre há uma motivação forte porque senão poderíamos preferir a oralidade que é pouco exigente se compararmos com o escrito. O domínio da escrita exige uma formação acadêmica com o domínio

do léxico, da norma-padrão e das normas ortográficas enquanto que a oralidade já pode ser manifestada mesmo sendo analfabeto, pois não exige (em muitos casos) o domínio da norma-padrão.

Escrever um texto é integrá-lo a um gênero literário. Há, no entanto, vários gêneros literários: épico ou narrativo, gênero lírico e gênero dramático (SOARES, 2007; TODOROV, 1981). Entendemos por gênero como o conjunto de obras que apresentam características semelhantes em termos de forma e conteúdo. Para Dijk “um gênero é um tipo de prática social discursiva, normalmente definido por estruturas discursivas específicas e estruturas contextuais...” (DIJK, 2012, p.140). Os textos de Couto navegam nessa imensidão de gêneros textuais que vão desde os contos, romance, fábula. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009, p.1779) a subjetividade é a “realidade psíquica, emocional e cognitiva do ser humano, passível de manifestar-se simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo, e comprometida com a apropriação intelectual dos objetos externos” enquanto que a objetividade “é qualidade do que dá, ou pretende dar, uma representação fiel de um objeto” (p.1371). É fácil determinar a autoria de coisas em sociedades ocidentais onde o conceito “individualidade” é mais forte.

Na cultura moçambicana preserva-se mais o coletivismo do que a individualidade. Demonstrarei alguns exemplos para elucidar o fenômeno: a criança quando nasce não pertence apenas à família, mas sim à comunidade. É tarefa de cada membro da comunidade garantir que a criança cresça com saúde, amor e respeito exigidos no grupo, daí que qualquer membro pode chamar atenção (incluindo reprimir) criança com comportamentos desviantes. No Brasil, só os pais da criança é que podem chamar atenção ou educar a moral à criança.

Comparando os dois contextos nota-se que a noção de autoria é diferente nessa perspectiva, pois em Moçambique a autoria dos bons modos é atribuída ao

grupo e não à individualidade. Enquanto em culturas coletivistas se preserva a subjetividade, nas culturas individualistas predomina a objetividade, pois há uma tentativa de se atribuir a autoria a tudo. Os “Direitos de autor” que estão presentes no dia a dia são uma prova viva de força dessa intenção social que se espalhou para o plano econômico. É no meio dessas todas reflexões que os textos de Couto procuram a sua identidade, traçam a autoria textual e estilística que se estende à autoria linguística por aí em diante.

As questões linguísticas na autoria

A língua é o principal instrumento de comunicação do Homem e pode ser realizada por meios de sinais ou através de sons e letras. A língua está impregnada na cultura e ela só pode ser entendida que conseguirmos decifrar a sua cultura. Para Orlandi, “a língua não se reduz, pois, ao jogo significante abstrato. Para significar, ela é afetada pela história.” (ORLANDI, 2012, p.86). A história está presente na cultura como sendo um trio que se entrelaça entre si: língua, cultura e história. Outros autores como é o caso de Pecheux (2009) acrescentam a “ideologia” como elemento fundamental na língua. Para Pecheux, a língua e ideologia estão entrelaçadas porque muitos aspetos linguísticos só podem se entendidos dentro do contexto ideológico e construídos dentro da comunidade de fala. O mecanismo ideológico da interpretação e do assujeitamento se encontram intimamente emprenhados nos contextos sociais e políticos.

Se entendermos a autoria como sendo a condição da pessoa que compõe, ou melhor, o “indivíduo responsável pela criação de algo...” (HOUAISS, 2009, p.226) então estamos aceitando que “...interpretar, para o analista de discurso, não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto...” (ORLANDI, 2012, p.64). É que cada

indivíduo tem a sua forma de enxergar o mundo capacidade que é resultado das experiências culturais adquiridas no seio social e na família. Essas experiências estarão sempre presentes na construção da autoria literária e impossível de apagá-los. Desta forma,

a relação da língua, enquanto ordem simbólica com a história, tem sua visibilidade nos processos discursivos. O discurso é, assim, lugar singular para se observarem aspectos que tocam a configuração da identidade quando o fato alia língua e história, como no presente caso em que se procuram compreender características da nacionalidade produzidas no simbólico (ORLANDI, 2012, p.128).

É a partir dos discursos que se percebe a identidade do sujeito levantando as suas características linguísticas e sobretudo culturais. Por isso que “poucas pessoas têm uma liberdade total para dizer e escrever o que querem, onde e quando querem e para quem querem. Há restrições sociais de leis [...] ou de normas sobre o que é apropriado” (DIJK, 2012, p.18). Essas restrições são ditadas pelo contrato social e cultural. Os tabus linguísticos entram nessa ação para proibir ou aceitar o uso desta ou daquela palavra no texto. Cada uma destas hesitações marca a autoria e a identidade do autor.

Nota-se que em algum momento, a cultura tradicional entra em choque com a cultura moderna, pois alguns fenômenos são intraduzíveis de línguas bantu para português. Couto (2007, 2012) criou glossários para explicar o sentido de palavras num contexto preciso e não inclui outros valores semânticos e sobretudo culturais que são utilizados pelos falantes do português de Moçambique. As traduções são muito traiçoeiras porque fazem perder a essência cultural. Orlandi defende que “a relação com o dizível é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do

dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer” (ORLANDI, 2007, p.77).

É importante referir que algumas dessas palavras são “necessárias” (quando não existe a palavra correspondente) e outras são “de luxo” (quando existe o equivalente) e que todas carregam a identidade, a moçambicanidade. Na obra “estórias abensonhadas” identificou-se as palavras *xidakwa* (pp.125, 126, 127), *xicumbos* (p.76), *nammvetso moha* (p.11) que não aparecem no glossário, mas que possuem uma relevância histórica temporal do povo moçambicano. As palavras “agorinha, *mwene, nenecar*” só podem ser encontradas no contexto moçambicano com significados precisos e marcam a autoria nacional moçambicana. Chego à conclusão de que a forma como os brasileiros (ou outros estrangeiros) leem e entendem Couto é diferente da forma como os leitores moçambicanos entendem. Em algum momento dos contos, os leitores moçambicanos se sentem parte dos contos ou ainda como personagens participantes sensação que não pode ser experimentado por aqueles que nunca viveram naquelas condições socioculturais ou que nem acreditam nas tradições e nos mitos africanos citados pelo autor.

É fácil identificar um texto de José Craveirinha, de Ungulane BA kA kossa ou ainda de Arune Valy uma vez que os traços linguísticos presentes nas suas obras refletem realidades socioculturais dos escritores. É fácil identificar que as marcas linguísticas presentes em textos marcam uma identidade própria, isto é, uma autoria, uma identidade. Analisando aspectos lexicais na obra “Coisas de Tete: mitos, mistérios e realidades” de Valy, por exemplo, compreende-se que o lado linguístico apresenta aspectos socioculturais da etnia *nyungwè* e os processos linguístico-históricos da variedade moçambicana (TIMBANE, 2012).

Em muitos casos, Valy (2003) se socorre das línguas bantu para descrever situações inexistentes em português europeu ou brasileiro. Essas unidades lexicais provenientes das línguas bantu causam problemas de intercompreensão no seio de quem não conhece essas línguas (TIMBANE, 2012). É real que as crônicas de Valy diferem das crônicas de Couto pelo fato de que elas tratam as questões culturais e filosóficas diferentes. Valy fala do povo de Tete, principalmente a vida no campo, a vida na cultura tradicional, trazendo mitos, mistérios e realidades que a etnia *nyumgwé* tem enquanto Couto fala da vida na área urbana, levanta temas da atualidade, de política e da moral. Essa característica se vê claramente na obra “E se Obama fosse africano? e outras intervenções”. Temos aqui marcas de autoria de dois autores.

Olhando por uma perspectiva mais geral, pode-se afirmar que “não há língua nacional que não se constitua nesse movimento de confrontos, alianças, oposições, ambiguidades, tensões com outras línguas. A relação língua/nação é, pois, matizada por muitos processos e é só na relação de uma consciência histórica singular entre a língua e seus falantes que podemos compreendê-la, avaliá-la” (ORLANDI, 2012, p.130). Terminamos esta parte reforçando que os aspetos linguísticos são marcas de autoria textual e isso acontece com frequência em obras literárias. É que a língua está ligada à cultura. A língua materna do escritor comanda as restantes línguas que o escritor possa aprender e essas marcas nem a tradução consegue apagar. O meio social e cultural interferem na formação de ideias, incluindo na produção literária.

Autorias orais e autorias escritas

A linguística forense é uma área da linguística aplicada que dentre vários assuntos investiga a autoria da fala e de textos. Para os linguistas forenses a fala ou a escrita é como uma impressão digital, pois ninguém fala ou escreve igual outro.

Existem traços específicos que caracterizam a fala ou a escrita do indivíduo (TIMBANE, 2016). Nesta parte tentaremos mostrar como a autoria (escrita e oral) e cultural podem-se manifestar na sociedade moçambicana, mas não sob o ponto de vista da investigação criminal. Para Nunes (2009) a oralidade e a escrita são dois processos diferentes de produção e transmissão da própria tradição. Entende-se por textos orais aqueles que circulam oralmente todas camadas sociais (letradas e analfabetas) cujo instrumento de produção são os sons vocálicos. Os textos escritos são de prestígio e circulam em grupos sociais mais privilegiados uma vez que já tiveram um registro escrito (autoria) atitude que contraria à oratura. Entende-se por oratura, o conjunto das obras sem autoria que são criadas e difundidas por anônimos oralmente e que servem de instrumentos de educação cívico e moral dos grupos sociais. São inclusas neste grupo “três grandes gêneros: formas e jogos de língua (provérbios, ditos, adivinhas, orações, lengalengas, etc.), formas narrativas (contos, lendas e mitos), formas dramáticas e musicais (teatro popular, cantigas e romances)” (NUNES, 2009, p.35).

Toda a oratura não tem dono, quer dizer, as histórias e os contos não têm autoria atitude que contraria os princípios da literatura onde cada autor se identifica e toma posse das estórias inventadas. Enquanto a oratura possui público específico (jovens e crianças) e exige a presença física dos ouvintes, a literatura atinge público distante e não são previsíveis os leitores nem a faixa etária. O contador de histórias certifica a compreensão do conto ou vai tirando dúvidas e incompreensões, enquanto que, o texto escrito pode ser interpretado de formas diversas dependendo da instrução, da cultura ou das influências do leitor. Os contadores não têm a possibilidade de criar neologismos enquanto que os escritores têm mais tempo para pensar, inventar e colocar o estilo nos textos. Os textos produzidos oralmente são sujeitos à mudanças (acréscimos ou omissões) segundo os objetivos do contador, enquanto que, na literatura se mantém fiel o texto original do autor. É importante notar que a cultura

moçambicana é única, é social, é oralizada no pensamento, o que significa que o discurso é falado no cérebro, pois é lá onde processa a narrativa oral.

A oratura é anónima por natureza e tem as marcas de um trabalho coletivo que resulta de interpretações que o povo foi acumulando ao longo do tempo. O contador é um intérprete, é um ator ao mesmo tempo, atitude que não acontece na literatura. A oratura popular é inventada para ser ouvida, pois o narrador e os ouvintes formam um todo e a peça movimenta, provocando emoção e reflexões, que ora se ficam pela agitação interior, ora se exteriorizam por meio de gestos, exclamações, risos e comentários. Na oratura africana pode-se encontrar a poesia, o romance, o canto, as adivinhas, provérbios e muito mais (TIMBANE, 2012, p.32).

Segundo Souza (2007), a literatura é o “conjunto da produção escrita de uma época ou país, ou melhor, é o conjunto de obras distintas pela temática, de origem ou de público visado. Pode-se dividir em: infante-juvenil, de massa, feminina, de ficção científica, entre outros. Existe uma literatura de áreas específicas do saber, como por exemplo: literatura médica, literatura jurídica, literatura sociológica, e por aí em diante” (SOUZA, 2007, p.45). Por outro lado, a oratura procura

reacender e reviver utopias e sonhos de um tempo anterior que marcou suas vidas individuais ou comunitárias; reconstruir a atmosfera de outros tempos, lembrando hábitos, valores, e práticas da vida cotidiana; reacender emoções de diferentes naturezas: individuais, sociais, políticas, culturais; lembrar convívios mútuos que se constituíram na dinâmica da História; representar e reativar correntes de pensamento; reviver embates políticos e ideológicos; reconstituir climas de religiosidade, de lazer, de companheirismos, de lutas” (DELGADO, 2003, p.15).

A força da oratura nas etnias africanas é forte, é de prestígio e há tendências de preservar e garantir a sua continuidade. À volta da fogueira é o lugar de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos da vida para crianças, adolescentes e jovens.

As questões da cultura e da etnia na autoria

Segundo Houaiss (2009) etnia é uma coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, refletida principalmente na língua, religião e nas maneiras de agir. Ela pressupõe uma base biológica podendo ser definida por uma raça, uma cultura ou ambas. Um **grupo étnico** é um grupo de indivíduos que têm uma certa uniformidade cultural, que partilham as mesmas **tradições, conhecimentos, técnicas, habilidades, língua e comportamento**. Por outro lado, a cultura é o conjunto de conhecimentos, crenças, artes, normas e costumes e muitos outros hábitos e capacidades adquiridos pelos homens em suas relações como membros da sociedade. A cultura como o conjunto dos hábitos do grupo interfere grandemente na formação de sentidos e da identidade. A memória social é a mais importante, pois é através dela que se transmitem conhecimentos de geração em geração, principalmente em sociedades ágrafas. Dessa forma, o conceito de memória não é homogêneo e conforma-se com múltiplos significados, entre os quais se destacam:

ordenação e releitura de vestígios (espontânea ou induzida), relacionada a comportamentos, mentalidades, valores; retenção de elementos inerentes a conhecimentos adquiridos; estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas; evocação do passado, através de reminiscências e lembranças; afirmação de identidades através do reconhecimento da pluralidade e da alteridade, que conformam a vida em fluxo

contínuo; atualização do passado no eterno presente; retenção e manifestação, através do ato de lembrar de reminiscências vagas, telescópicas, profundas, transparentes, autocensuradas, registradas, esquecidas, selecionadas; evocação de utopias, que libertam o homem, fazendo do passado suporte para reconstrução do próprio presente e para construção do futuro; manifestação de identidades-não unívocas, mas plurais, múltiplas e sempre atualizadas; reconhecimento, ou mesmo superação de traumas marcados pela ausência de raízes; reconhecimento de espaços perdidos ou reencontrados. Significados tantos e tão potencializadores que confluem às dimensões superiores da vida: humanista em sua essência; dialética em sua propensão transformadora; dilacerada, múltipla e plural, em sua sociabilidade (DELGADO, 2003, p.17).

Essas marcas memoriais são identificáveis nas obras de escritores africanos e sempre estão impregnadas nos hábitos, costumes e na aprendizagem por memorização acompanhada de tabus socioculturais. A interpretação do mundo só é possível se o escritor busca as representatividades do seu mundo do qual vive ou viveu. Falando sobre língua e nação, Orlandi (2012) descreve que a interpretação e a metáfora levanta 3 considerações úteis na conservação dos fatos: o 1ª é relativo à relação da língua, enquanto ordem simbólica com a história que tem sua visibilidade nos processos discursivos; o 2ª é referente a paródia, sátira que são formas de elaboração de resignificação dessas identidades; e 3ª é a relação entre língua, nação que não é autoevidente.

Todos os aspetos levantados revelam que a cultura e a etnia se entrelaçam com a língua e juntos criam na sociedade uma identidade própria, que ao longo dos tempos vai se desintegrando e aceitando outras culturas. No mundo globalizado não existe uma cultura homogênea. Toda cultura é resultado de culturas diversas que se misturaram ao longo dos tempos, em diferentes espaços geográficos. O próprio silêncio é importante, de tal forma que ele aparece como uma “respiração (o fôlego)

da significação. É como se fosse um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido (ORLANDI, 2007). O importante é compreender que o silêncio revela várias interpretações. Esses silêncios estão presentes em Couto (2007; 2012) e podem ser interpretados dentro do contexto cultural em que o autor está inserido. “É porque a histórica se inscreve na língua que esta significa. Daí o equívoco necessariamente constitutivo da significação que é ao mesmo tempo sistema e acontecimento” (ORLANDI, 2012, p.70). Concluímos esta parte retomando Orlandi quando afirma que “o silêncio não fala, ele significa. É pois, inútil traduzir o silêncio em palavras; é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos (ORLANDI, 2007, p.102).

Mia Couto e sua identidade autoral nas obras literárias

Para análises da presente pesquisa escolheu-se duas obras, nomeadamente “Estórias abensonhadas” e “Terra sonâmbula”. A escolha destas obras se justifica pela riqueza neológica (neologia formal, neologia semântica e neologia por empréstimo), bem como do conteúdo dos seus contos que estão recheados de contextos socio-históricos e culturais dos moçambicanos. Em grande parte, os leitores nativos de Moçambique ser reconhecem nos textos de Couto, ou melhor, sentem como parte integrante das personagens criadas de forma fictícia pelo autor. O autor cria nomes próprios incomuns como por exemplo: Farida, Virgínia, Antoninho, Kindzu, Carolinda, Muidinga em “Terra sonâmbula”, Tudinha Rosa, Infelizmina, Gigito, Estrelinho, Joãotónio, Jorojão, Mintoninho, Nãozinha em “Estórias abensonhadas.”

A presença de animais selvagens em textos de Couto parece intencional pelo fato de ser marcas da africanidade, mas também do seu humano em geral. Existe um

lado selvagem em todo ser humano quando alguém deseja o mal para o outro, quando observamos guerras entre povos, quando observamos a banalização da vida, a falta de compaixão com o próximo e por aí em diante. Couto critica a guerra que enfermou a via dos moçambicanos antes e depois da independência alcançada em 1975. Em “Confissão da leoa”, Couto descreve o sofrimento da mulher nas etnias com a pobreza, fome e as desigualdades do gênero. Há, no entanto, uma construção de identidade que entra em choque com a cultura ocidental.

Em “Estórias abensonhadas” (p.81), Couto levanta mitos culturais, peripécias dos animais selvagens que agem como humanos e que ninguém pode fazer nada. As tradições em algumas etnias moçambicanas não se permite a morte desses “animais selvagens” que não verdadeiramente “animais”. Por exemplo, na p.81 lê-se o seguinte: “Pelo aspecto do malogrado suspeita-se que a causa da morte tenha sido mordedura de cobra. Contudo, não foram encontrados nem o animal nem sinais de dentes no corpo do falecido.” Conforme se falou na fundamentação teórica, a morte sempre é justificada e investigada até aos pormenores. Neste caso discute-se as razões da morte e sempre investiga-se porque uma serpente pode não ser serpente, mas sim um ente querido ou um deus que está se vingando de um comportamento inaceitável na etnia. Essas marcas autorais da etnia estão presentes em Couto (2007; 2012).

Tanto em “Estórias abensonhadas” quanto em “Terra sonâmbula” apresentam no final das obras um glossário que é uma tentativa de definir o significado de algumas palavras. Nem todas as palavras, variações semânticas e lexicais foram tidas em conta. Por exemplo, a palavra “machimbombo” não pode ser identificada pelo público brasileiro porque no Brasil “machimbombo” é “ônibus” ou “coletivo”. Portanto, os significados lexicais, segundo Timbane (2013) variam de acordo com os contextos socioculturais em que os falantes estão inseridos. Sendo assim, “a tradição histórica é exercício regulador da memória; a História transforma a paisagem da

memória espontânea, transformando-a em história institucional; a História científica contrapõe-se à espontaneidade e subjetividade da memória; o peso social da História enquadra a memória; a História é espaço de poder que também produz memórias, mas memórias dirigidas” (DELGADO, 2003, p.20-21).

As palavras *xicalamidades*, *tchova*, *shima*, *xipefo*, *babalaça*, *canhoeiro*, *maningue* (em “Terra sonâmbula”) e *muene*, *canganbiça*, *maka*, *mamanas*, *petromax* (em “Estórias abensonhadas”) são marcas de moçambanismos. Estão sempre presentes na fala e na escrita dos moçambicanos e os seus significados estão intimamente ligados aos contextos culturais e históricos. Esses referentes estão impregnadas no leitor moçambicano e só são entendidas por quem conhece o valor social e histórico de cada palavra fato que não pode acontecer num leitor estrangeiro.

Nas duas obras, a presença do Couto crítico e político está marcado quando o autor levanta aspectos inerentes à guerra e ao sofrimento do povo moçambicano do qual ele pertence. É uma espécie de pedido de socorro para o seu povo que sofre com a guerra e com calamidades naturais. É de fato um acontecimento importante na vida dos moçambicanos de tal forma a que ficou marcado nas duas obras em análise. Para além disso, as obras de Couto levantam a tona a violação dos direitos das mulheres, temática que é pouco discutida na comunidades rurais onde a conservação das tradições é ainda mais forte no século XXI.

A presença do narrador participante nas duas obras é analisada como uma oportunidade para que o escritor faça parte da história, traga mais detalhes sobre a memória histórica e social do povo a que pertence. É sem dúvidas uma marca da autoria e de identidade que reforça a ideia de pertença e que convence o leitor sobre a situação narrada. Entendemos esta ação (de ser narrador que participa) como um refúgio do escritor não apenas para se sentir “protegido” ou privilegiado pelo cenário (espaço) e pelo momento (tempo), mas também para marcar a sua identidade cultural

e linguística. O Quadro 1 ilustra a formação de alguns neologismos como uma “marca registrada” das obras em estudo:

Quadro 1: Exemplos de neologismos

Tipos de neologismos		“Terra Sonâmbula”	“Estórias abensonhadas”
Formais	Formações simples, por derivação e por composição	casinha-natal, maistravez, ninguéns, infanciando, machambar, desflha, desdelicado, desasas, irmandade.	Abensonhadas, finha-nenhuma, zuluuava, inevitável, milvagaroso perfumegante, cantarosa, corponzil, exatamesmo, outrodizendo.
	Formação de verbos a partir de adjetivos e nomes	desvizinhm-se, cabritoteava, ameijoaram, historiava, luzinhou.	azulandos, sozinhandando, algebrava, maravilhação, desfolhava, sonoitada, tristonhava.
Semânticos		puta, sobrinha, camarada, quinhenta aleijado, bicha, sonâmbula, jejum, capulana, bar.	infelicidade, lugarzinho, moça, cabeça, miliciano, ventania, homem.
Por empréstimo	Estrangeirismos	ncácuá, quizumba, timaca, xipoco, xicuembo, xipefo.	muene, conchu, mpfuvo, muti, xidakwa.
	Empréstimos	xiculunguelar, tchovando, timbilar, babalazes, canhoeiro, maningue.	canganhiçava, mamas, tchovar.

Fonte: Couto (2012) e Couto (2007)

Como de observou no Quadro 1, o levantamento de neologismos não foi exaustivo. Apenas foram apresentados alguns exemplos de fenômenos que ocorrem nas obras de Couto. Muitos neologismos por empréstimos de Couto provêm das diversas línguas bantu faladas pela maioria da população moçambicana. Não espero

encontrar essas marcas em Guimarães Rosa, por exemplo. Petrov cita Laranjeira quanto analisa a obra “vozes anoitecidas” onde identifica quatro componentes de autoria:

criatividade e inventividade da linguagem, típica de escritores colonizados, terceiro-mundistas, que procuram afirmar uma diferença linguística e literária no interior da língua do colonizador; o realismo no traçado de ações e caracteres, que fornece um quadro rigoroso e impressionante (vigoroso) do social e do particular; a intromissão de chofre, do imaginário ancestral e o humor, construído através da intriga, de situações e acontecimentos, de personagens e seus nomes, da narração, da linguagem, da enunciação. (PETROV, 2014, p.24, grifos do autor).

Segundo Dijk (2012) o discurso é embasado de três formas: a definição social como uma forma de abuso de poder e dominação; as dimensões cognitivas da manipulação ao identificar o que significa exatamente a dimensão do controle mental da manipulação e; análise de dimensões discursivas variadas da manipulação. É por isso que as personagens do Couto (2007; 2012) falam o português moçambicano, apesar dos tradutores terem a tendência de apagar essas marcas sociolinguísticas. Os textos adaptados ao português brasileiro confundem um leitor moçambicano e iniciam um processo de apagamento da autoria. O português moçambicano não utilizaria palavra “bobo” presente na p.111. Para além disso, os moçambicanos nem precisam do glossário que aparece nas últimas páginas das duas obras em análise, pois são usuais e frequente na realidade moçambicana.

Considerações finais

Mia couto recria a língua portuguesa com base em moçambicanismos e outros neologismos tendo como fundamento quatro razões: estilo, autoria, identidade e sentimento de pertença cultural. As suas obras incluem uso de unidades lexicais de várias regiões de Moçambique, mas com maior incidência para o léxico das línguas faladas no sul de Moçambique. As obras de Couto mostram claramente que ele cria um novo modelo de narrativa, que chamaria de narrativa africana, uma vez que os traços nele contidos refletem a realidade africana baseado em muitos momentos a oratura e da literatura.

A memória e a estória se entrelaçam e criam um ambiente são não só para o escritor, mas também para o leitor. Em Couto toda a imaginação miacoutiana se baseia nas tradições moçambicanas que de certo modo tem como o alicerce na oralidade. As estórias e as memórias africanas não se fundem na palavra escrita (literatura), mas sim na palavra falada (oratura). Isso se justifica pelo fato de que o povo africano, na sua maioria é de tradição oral e a memória vai junto, ou melhor, está contida na oralidade. Se a memória é a faculdade de mental de lembrar o passado, então fica claro que as tradições africanas, em particular as moçambicanas vivem o presente através dessa memória. A importância dos mortos, a importância das ideias passadas para o ensino das novas gerações é importante e sempre acompanha as obras de Couto. É importante deixar claro que a memória escrita é diferente da memória oral, pois a história lida num livro e a história oralmente apresentada por um contador têm espaços e afeições diferentes. A história escrita é solitária e falta emoções enquanto que a história oral é viva: presencial, corporal, afetiva e sobretudo memorial.

Para Couto contar história não é tarefa do escritor. Todo mundo conta história da sua própria vida ou dos outros. Passamos todo momento contando histórias são só para nós, mas também para os “outros.” Desta forma, o “tempo,

memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história. A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder” (DELGADO, 2003, p.10). A escrita é uma forma de olhar o mundo apenas, ou seja, é uma forma de registro do pensamento.

Couto é um dos maiores escritores moçambicanos, mas infelizmente é pouco lido pelos concidadãos. O analfabetismo, a pobreza absoluta e a valorização da oralidade são alguns dos fatores que contribuem para a fraca “cultura de leitura” por parte dos moçambicanos. Por isso, poucos moçambicanos têm condições financeiras para comprar o livro, fato que reduz de certo modo a motivação para a leitura. A falta de políticas de públicas para a construção de bibliotecas públicas em Moçambique é ainda um dos encaixos que contribuem para o fraco envolvimento dos moçambicanos na leitura literária. Em contra partida, a oratura persiste com todo vigor principalmente nas zonas rurais. Nas cidades, os momentos de lazer e de entretenimento se baseiam na televisão e não na leitura.

Couto revela a sua identidade trazendo referências (estereótipos) mais comuns em autores africanos: a animais, ao fogo, a feitiçaria, os ritos tradicionais, etc. Mas essa atitude nos parece influência negativa de origem estrangeira. Couto é uma versão à moçambicana de Guimarães Rosa, de Drummond Andrade, de Manuel Bandeira entre outros. A simulação da oralidade se concretiza na criação de neologismos por processos analógicos, pela alteração de sentenças transformadas em clichés, pela violação da sintaxe mediante técnicas diversificadas e pela inovação a nível poético e retórico, responsável pela instauração de um estilo denominado prosopoema (PETROV, 2014). É esta a identidade que nos leva a atribuir a autoria de um texto ou

de uma obra. E fica mais interessante ainda se essa identidade da autoria se refere a uma nacionalidade ou um grupo étnico preciso.

Outra marca de autoria em Couto é o “medo.” Esse medo é criado pelos tabus culturais presentes e que marcam a identidade cultural moçambicana. Entendo por tabu qualquer proibição de conduta, atividade ou hábito moralmente inaceitável ou ainda imposta aos membros de uma dada sociedade. Um tabu, em última análise, sempre representa uma restrição ao campo de ação das pessoas, o que faz com que estes sejam utilizados como construtores dos modos de ser e de estar na sociedade.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, 2003, p. 9-25.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetivo, 2009.

DIJK, Teun A. Van; HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina. (Org.). **Discurso e poder**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTO, Mia. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.

_____. **Estórias Abensonhadas**. 1.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

NUNES, Susana Dolores Machado. **A milenar arte da oratura angolana e moçambicana**: aspectos estruturais e receptividade dos alunos portugueses ao conto africano. 1.ed. Porto: CEAUP, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas-SP: Ed.Unicamp, 2007.

_____. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6.ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4.ed. Campinas, SP: Ed.Unicamp, 2009.

PETROV, Petar. **O projecto literário de Mia Couto**. Lisboa: CLEPUL, 2014.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2007.

SOUZA, Luís António Francisco de.; ABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de (Org.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília-SP: Cultura Acadêmica, 2011.

TIMBANE, Alexandre António. O léxico nas crônicas de Arune Valy: uma identidade da moçambicanidade. **Língua & Literatura**, v. 14, n. 23, p. 25-51, dez. 2012.

_____. **A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique**. (Tese). Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

_____. A complexidade da conversão do oral para o escrito no interrogatório policial em Moçambique: estudo de caso. **E-escrita**: Revista do Curso de Letras da UNIABEU. Nilópolis, v.5, nº 3, set.-dez. 2014. p.1-17.

_____. A Linguística Forense: um desafio para a investigação criminal no século XXI. **Revista Científica do ISCTAC**. v.2, nº7, ano 2, p.40-52. jan.-mar. 2016.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. 1981. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/2260559.pdf>>. Em: 29 jun. 2016.

VALY, Arune. **Coisas de Tete**: mitos, mistérios e realidades. Tete: INDE, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

TIMBANE, Alexandre António. As marcas de autoria em Mia Couto. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde, v. 21, mai./ago., p. 149-170, 2016.

Recebido: 30.09.2016 – **Aprovado:** 20.11.2016